



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de posse da
Secretária-Executiva do Programa
Comunidade Solidária, Doutora Anna
Maria Peliano*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE JANEIRO DE 1995

*Doutora Anna Maria Peliano; Senhores Ministros; Senhores Secretários;
Governador Antônio Britto; Prefeito Jarbas Vasconcelos; Senador Pedro
Simon; Senhoras; Senhores;*

Mais uma vez me apraz estar aqui, nesta sala, para dar posse a um colaborador que considero fundamental para o meu Governo. Não compareci a muitas posses. Dei posse ao Ministro Pelé, Edson Arantes do Nascimento, e agora a dou a Anna Maria Peliano.

As razões são claras. É que se trata, em dois planos, do mesmo esforço. As palavras do Ministro Pelé, ao empossar-se, foram muito motivadoras. Com sua experiência de homem público e sua capacidade, ele diagnosticou os problemas fundamentais do esporte, considerando-o para o conjunto da população, sobretudo para aqueles menos abrigados pelos clubes, necessitados de apoio do Governo para desenvolvimento do esporte de massa.

É o mesmo sentido da presença, aqui, da Doutora Anna Maria e do nosso comparecimento a esta cerimônia, para mais uma vez afirmar a vocação do Governo, que dá continuidade, como ela muito bem disse,

aos esforços do Presidente Itamar Franco, pioneiro nessa matéria, na formação do Consea, esforços esses no sentido de entrosar crescentemente a sociedade no empenho do Governo para dar conta da imensa tarefa de tornar o Brasil um país mais justo. É sinal disso a reafirmação feita por Anna Peliano de frases que usei até mesmo durante a campanha, como a de que o Brasil é um país injusto, e não subdesenvolvido. Temos que tornar mais justo este país. E isso não há de ser apenas o esforço de um Governo. Ou é uma decisão da sociedade, ou não se consegue torná-lo um país mais justo. A justiça, no mundo de hoje, não pode ser pensada de forma meramente abstrata, em nível de estruturas estatais. É um procedimento da cidadania, uma busca permanente da cidadania.

Foi positivo esse esforço que agora ampliamos e ao qual damos continuidade, como disse há pouco: a experiência do Consea. Em primeiro lugar, porque, no momento da criação do Consea, colocou-se a questão da fome como algo, digamos assim, simbólico no Brasil: um país com abundância de alimentos – e temos abundância de alimentos – e que não foi capaz, ainda, de mitigar totalmente a fome. É inaceitável. Não se trata de escassez de recursos. É que não há distribuição adequada dos meios para serem esses recursos consumidos de forma apropriada.

Eu não generalizaria a questão. Não dispomos de habitação para todo mundo; de alimentação, sim. É questão de vontade política. Não a vontade política do Governo, é mais do que isso: é uma questão ética. É uma sociedade que tem, até agora, convivido com a injustiça e que não pode mais viver assim. Isso transcende o político, vai realmente para o plano da cidadania e do ético, porque é inaceitável. Nós chegamos a um ponto em que é inaceitável conviver com tanta pobreza concentrada.

Tenho dito reiteradamente que até se sabe onde ela está concentrada. Não se trata de uma pobreza que esteja flutuando indeterminadamente na sociedade. Não! Ela está concentrada, e é fácil saber onde ela está, sobretudo se nós quisermos fazer o mapa da pobreza, que já foi feito pela Doutora Anna Maria Peliano e por outros colaboradores. As chances de saber quem é pobre são muito fáceis. Se for mulher, se for negra, se viver no interior do Nordeste, no campo, se tiver filhos e não tiver marido, é paupérrima. A equação é simples de ser vista.

O mesmo se aplica, com certas nuances, às populações que estão concentradas em certos bolsões nas periferias das grandes cidades.

Então, o Programa Comunidade Solidária não consiste num esforço genérico para acabar com a pobreza, mas representa um esforço específico para acabar com os focos de concentração de miséria que existem.

Recentemente, conversando com o Doutor Enrique Iglesias, que é o Presidente do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, ele me dizia exatamente isso: “Olha, um programa que não tem foco não serve, porque é um programa do qual não se tem como avaliar, depois, os resultados. Ele tem que ter foco.” Então, o esforço que vamos fazer não é de acabar, “em tese”, com a pobreza, de dar melhor habitação “em tese”. “Em tese” não se consegue nada. É especificamente: aonde, com quem, em que áreas? A sociedade está disposta, ela se mobiliza? Como disse a Doutora Anna Maria, se vem uma demanda da comunidade, a comunidade se organiza para isso, aí o Governo pode entrar. Se não houver isso, não adianta o Governo tentar entrar.

Nós estamos cansados de ver conjuntos habitacionais vazios, porque a população não teve condições de pagar o custo dessas construções; e outros que são invadidos, depois de anos que estão vazios. Não resolve a questão. Quer dizer, é muito mais do que simplesmente alocar recursos. Não se pode alocar. O que é preciso? É motivar. Temos que motivar a população para que ela realmente perceba não só a dificuldade, mas a saída.

Essa vai ser a grande tarefa, e por isso é importante que haja um Conselho da Comunidade Solidária, que não é uma estrutura governamental, não pode ser, não deve ser, nem vai ter interferência direta do Governo, porque Estado é uma coisa, sociedade é outra. Mas têm interface. E essa interface é que nós estamos organizando, e é o grande desafio do mundo contemporâneo.

Eu vi isso na Espanha, quando o Felipe Gonzáles assumiu o Governo – várias vezes estive lá em discussões sobre a estrutura do Estado – e o grande problema na Espanha era que as estruturas estatais estavam ossificadas, o corporativismo era feroz, o clientelismo não tão abun-

dante como aqui, mas existente, e era preciso criar algo diferente, que não fosse visto apenas como Estado.

Tampouco se pode imaginar que a sociedade civil sozinha resolva as coisas, porque ela não pode. É necessário, num certo momento, transcender e ter uma vontade política organizada. E aí precisa-se do Estado. A oposição sociedade civil-Estado estaticamente não tem solução. E caem no equívoco de saber quais são os contendores, um pensa que o outro é o contendor, é o inimigo. Não são: são coisas diferentes que têm que ser postas em funcionamento harmonioso.

Eu tenho abusado de uma expressão que foi usada pelo sociólogo e amigo Manuel Castells, num seminário que fizemos aqui em Brasília. Ele disse que essas organizações não são não-governamentais, são neo-governamentais. E são, não no sentido malicioso, mas no sentido positivo, que é uma nova forma de existir uma influência da sociedade sobre o Estado sem que um se dissolva no outro. Nem o Estado tem que obedecer à demanda da sociedade, nem a sociedade está passivamente sofrendo as decisões do Estado.

É essa a sua tarefa. Como ela é socióloga, a tarefa será fácil, e eu espero que ela seja ajudada por todos nós, pelos ministros, principalmente pelos ministros da área diretamente afetada. Aliás, alegra-me ver quantos ministros vieram aqui à sua posse porque realmente é um trabalho de articulação, é um trabalho muito difícil.

E, disse bem a Doutora Anna Maria Peliano, nós, já, no Brasil, dispomos de uma massa de recursos apreciável. Até que o Ministro Serra atue mais duramente no orçamento atual da República, existem lá, dispersos, de 3 a 4 bilhões de reais para as chamadas áreas sociais. Não é que seja mau em si ou bom em si. Não sei. Mas o efeito vai ser menor se forem pulverizados. É preciso concentrar esses recursos. É preciso renegociar com o Congresso. Então, quando o Congresso receber a notícia de que houve cortes, não houve cortes, mas uma suspensão provisória para que se renegocie e, com isso, possa o mesmo dinheiro produzir mais. Não se trata de cortar, trata-se de reorientar de maneira positiva.

Mas isso implica uma negociação dentro do Governo, o que, às vezes, é mais difícil até do que negociar com o Congresso. E sempre a sociedade

olhando para ver se é isso mesmo que está sendo feito, se é isso que se precisa e que se deseja. Essa tarefa que aí transcende é política, não é só uma tarefa técnica: é harmonizar as diferentes visões, fazendo com que se multipliquem os resultados por um esforço conjunto.

Essa é a sua tarefa. O Presidente da República, dentro das suas possibilidades, estará sempre presente, não de forma impositiva, porque nem seria o caso, mas de forma expressiva, ou seja, dando os sinais necessários para o Governo entender que será assim e para a sociedade sentir a disposição do Governo de trabalhar em conjunto.

O meu apoio não faltará a esse programa, à sua ação. Quando nós trouxemos o programa para a Casa Civil, foi porque o coração da Presidência – um coração que às vezes bate tão forte que me parece que vai ter um enfarte – precisa ter um programa com esse ímpeto. O Doutor Clóvis Barros Carvalho vai ajudar muito na articulação, e o Ministro Serra, que acabou de chegar, como eu já disse aqui, vai fazer um corte no Orçamento que será um corte provisório, para que depois nós tenhamos até mais recursos para aquilo que vai ser necessário fazer no Brasil.

Tenho certeza de que, com a sua escolha, que teve, enfim, uma aceitação muito ampla, nós iniciamos bem o programa.

Espero que na próxima semana possamos organizar o Conselho da Comunidade Solidária para completarmos o ponto inicial deste programa. E, daqui por diante, é aquilo a que estamos habituados: trabalho, trabalho e mais trabalho.

Parabéns!